

Jean-Jacques Rousseau: A dimensão psicofísica da educação

Jean-Jacques Rousseau: The psychophysical dimension of the education

Gustavo Araújo Batista
Universidade de Uberaba (UNIUBE)
Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP)
mrgugaster@gmail.com

Resumo: Trata-se de pesquisa teórica sobre o pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), cujo tema é a dimensão psicofísica da educação. O objetivo geral é demonstrar como se sustenta o processo educativo constituído pelas dimensões pedagógicas que se referem à formação psicofísica do ser humano. A justificativa apresentada baseia-se na importância do ideário filosófico-educacional rousseauiano para a história das ideias pedagógicas. O problema proposto assim se formula: Quais contribuições teóricas e práticas a filosofia da educação de Rousseau tem a oferecer para a reflexão e o exercício da pedagogia? O resultado alcançado é que o pensamento do filósofo genebrino pressupõe o dualismo psicofísico do ser humano, em que o primado da natureza é inquestionável; sendo a ordem natural inspiração para a ordem artificial, há que se ser educado conforme a natureza para viver em sociedade.

Palavras-Chave: Educação; Dualismo; Filosofia.

Abstract: It is about theoretical research on the thought of Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), whose theme is the psychophysical dimension of education. The main goal is to show how the educational process is sustained, consisting of pedagogical dimensions, which refer to psychophysical training of the human being. Justification shown is based on the importance of Rousseau's philosophical-educational ideas for the history of pedagogical ideas. Problem proposed is formulated like this: What theoretical and practical contributions does Rousseau's philosophy of education have to offer for the reflection and exercise of pedagogy? The result reached is that the thought of Genevan philosopher presupposes the psychophysical dualism of the human being, in which the primacy of nature is unquestionable; being the natural order inspiration for the artificial order, one must be educated according to nature to live in society.

Keywords: Education; Dualism; Philosophy.

Resumen: Se trata de investigación teórica sobre el pensamiento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); cuyo tema es la dimensión psicofísica de la educación. El objetivo general es demostrar cómo se sustenta el proceso educativo, constituido por las dimensiones pedagógicas que se refieren a la formación psicofísica del ser humano. La justificación presentada es basada en la importancia de las ideas filosófico-educativas de Rousseau para la historia de las ideas pedagógicas. El problema propuesto así está formulado: ¿Qué aportes teóricos y prácticos tiene la filosofía de la educación de Rousseau para la reflexión y el ejercicio de la pedagogía? El resultado logrado es que el pensamiento del filósofo ginebrino presupone el dualismo psicofísico del ser humano, en que la primacía de la naturaleza es incuestionable; siendo el orden natural inspiración del orden artificial, hay que ser educado según la naturaleza para vivir en sociedad.

Palabras clave: Educación; Dualismo; Filosofía.

Introdução

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) figura entre os proeminentes autores da civilização ocidental; suas ideias têm sido debatidas, questionadas, endossadas e refutadas ao longo do tempo, razão pela qual é importante compreendê-las antes de tomar-se qualquer partido em relação ao seu pensamento. Ele próprio viveu para conhecer a glória que lhe tributavam seus admiradores, assim como a ignomínia que lhe imprecavam seus detratores, conforme consta nesta passagem da sua *Carta a Christophe de Beaumont*:

Que perpétua inconstância não encontrei nos julgamentos a meu respeito. Achava-me muito distante do público, e como este só me julgava segundo os caprichos e os interesses dos que o conduziam, dificilmente via-me com os mesmos olhos por dois dias seguidos. Eu era ora um salafrário, ora um anjo de luz. Em um mesmo ano vi-me elogiado, celebrado, requisitado até mesmo na Corte; a seguir, insultado, ameaçado, odiado, amaldiçoado. À noite aguardavam o momento de assassinar-me nas ruas, de manhã anunciavam-me uma ordem de prisão. O bem e o mal fluíam quase da mesma fonte; tudo provinha de futilidades (ROUSSEAU, 2005, p. 40).

Seja como for, não se trata simplesmente de ovacionar ou de vituperar o seu pensamento, mas sim de nele encontrar elementos com os quais se possa aprender com a sua filosofia, procurando saber que contribuições ela tem para se pensar e exercer a educação, haja vista que, segundo Streck:

Rousseau é uma das figuras diante das quais não se consegue manter a neutralidade nem a passividade. Com a mesma força com que alguns se sentem atraídos pela sua obra e maneira de viver, outros sentem imediata rejeição. Para uns, sua obra constitui um dos mais importantes tesouros da pedagogia moderna, enquanto que outros veem nele pouco mais do que a fonte de uma herança maldita a ser esquecida (STRECK, 2008, p. 9).

Sob tal perspectiva, percebe-se que, no âmbito da história das ideias pedagógicas, é possível pensar tanto contra Rousseau quanto a seu favor, mas não sem ele. Devido à abrangência e à profundidade do seu pensamento, nele se fez este recorte temático, restringindo-se à dimensão psicofísica da educação, tendo-se como objetivo geral demonstrar como o filósofo genebrino sustenta que o processo educativo é, fundamentalmente, constituído por duas grandes dimensões pedagógicas que, com suas respectivas subdivisões, referem-se tanto à formação física quanto à formação psíquica do ser humano.

Para atingir tal escopo, é preciso também cumprir estes objetivos específicos, quais sejam: contextualizar o desenvolvimento do pensamento educacional rousseauiano; explicitar a dimensão física da educação rousseauiana; explicitar a dimensão psíquica da educação rousseauiana. A importância de atingir-se todos esses propósitos reside na afirmação segundo a qual sem eles não é possível responder esta indagação, que é o problema desta pesquisa, a saber: Quais contribuições teóricas e práticas a filosofia da educação de Jean-Jacques Rousseau tem a oferecer para a reflexão e o exercício da pedagogia?

A metodologia utilizada pertence ao tipo de pesquisa teórica, em que se faz discussão conceitual a partir do ideário filosófico de Jean-Jacques Rousseau, focando-se, principalmente, suas obras nas quais se trata da educação, delas extraindo-se passagens que alicerçam a argumentação no que concerne à sua concepção psicofísica da educação, derivada, por sua vez, da sua concepção de ser humano, fundada no dualismo entre matéria e espírito ou entre corpo e alma. Assim, foi feita a seleção de passagens que corroboram a defesa da dimensão psicofísica da educação, com suas respectivas subdivisões, sobressaindo-se, como fonte de tais passagens, a sua obra intitulada *Emílio ou Da Educação*. O critério utilizado para restringir-se a presente abordagem praticamente à referida obra é que se trata da principal referência de Rousseau em matéria de educação. Os autores dos quais se serviu para embasar o percurso desta pesquisa são os seguintes referenciais teórico-metodológicos: Cassirer (1999), Dent (1996), Dozol (2006), Streck (2008) e Touraine (2012).

Algumas considerações sobre o contexto de Jean-Jacques Rousseau

Jean-Jacques Rousseau pertence ao Século XVIII, período cognominado Século das Luzes, assim como é conhecido como a Era da Razão ou a Época do Iluminismo. Desse modo, impõe-se indagar o que tais expressões significam. Sob perspectiva filosófica, tem-se que, de acordo com Dozol:

As formulações filosóficas no referido século são, em grande parte, reelaborações da obra de pensadores racionalistas e empiristas do século precedente. Mas, se o debate filosófico sustenta a continuidade das grandes questões postas no século XVII, a mesma compreensão quanto à forma e ao papel da filosofia não coincide (DOZOL, 2006, p. 13).

O Século XVIII é o prolongamento do debate entre as duas grandes correntes filosóficas iniciais da modernidade, a saber: o racionalismo e o empirismo; isso significa que as discussões epistemológicas vão

cada vez mais sobressaindo-se em relação às discussões metafísicas. Esse afastamento da metafísica, entretanto, levou a filosofia a ocupar-se mais do estudo doutras disciplinas, tais como: direito, ética, estética, física, história, matemática e política. Ademais, o distanciamento entre a filosofia e a metafísica também enfraqueceu a influência da teologia sobre a filosofia; conseqüentemente, a influência da fé sobre a razão também diminui, de modo que esta reivindica progressivamente sua autonomia em relação àquela. Portanto:

A época do Iluminismo é a época da autonomia da razão – força motriz do progresso intelectual – cuja energia vai-se propagando a todos os domínios do espírito e se revelando através da sua própria ação e dos seus efeitos. Diferentemente, portanto, do entendimento predominante no século anterior, no qual a razão era compreendida como uma região onde habitam as verdades eternas, compostas pela soma de ideias inatas a nos revelar a essência das coisas (DOZOL, 2006, p. 14).

O Iluminismo, também denominado Ilustração, é o movimento intelectual que se sobressaiu no Século XVIII; Abbagnano define-o nos seguintes termos: “Linha filosófica caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana” (ABBAGNANO, 2003, p. 534). Sob tal perspectiva, a razão é comparada à luz que precisa iluminar a escuridão na qual se encontra a humanidade; tal escuridão seria, pois, a metáfora do despotismo, do fanatismo, da ignorância, da intolerância, do obscurantismo, da superstição e da tirania em suas diversas manifestações.

A Ilustração concebeu-se a si mesma como a portadora da luz da razão a ser levada a todas as dimensões do ser humano, graças à qual a humanidade seria colocada no caminho certo do seu aperfeiçoamento, da sua evolução ou do seu progresso; por tal motivo, Immanuel Kant (1724-1804), assim o define: “*O Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado*” (KANT, 2008, p. 9; grifos do autor). Desvencilhar-se da menoridade, sob tal perspectiva, significa ser racionalmente autônomo, haja vista que a independência intelectual do ser humano, seja como indivíduo, seja como espécie, é a máxima aspiração da filosofia iluminista.

Embora Jean-Jacques Rousseau pertença ao movimento iluminista, demonstra ressalvas em relação à razão, haja vista que: “De todas as faculdades do homem, a razão, que não é, por assim dizer, senão um composto de todas as outras, é a que se desenvolve com mais dificuldade e mais tardiamente, e é ela que se pretende utilizar para desenvolver as primeiras!” (ROUSSEAU, 2004, p. 89-90). Não, se trata, pois, de negar a importância da faculdade racional; trata-se, sobretudo, de compreender aquilo que ela é, isto é, qual é a sua natureza, assim como de quais capacidades é feita, ou seja, qual a sua essência, a fim de que se saiba qual é o seu alcance, a sua extensão ou o seu limite, antes de servir-se dela para o que quer que seja, para dela não se utilizar inapropriadamente, conduzindo-se, desse modo, a enganos, a equívocos, a erros ou a ilusões.

Em Rousseau, a razão tem a sua relevância no âmbito da conduta do ser humano, pois, graças a ela, contém-se aquilo que tende a ser irracional ou passional, no tocante ao comportamento humano, levando-se, pois, a uma conduta imprudente ou insensata da sua parte; não obstante, há que se considerar que, é preciso estar preparado para servir-se da razão, a fim de não negligenciar a sabedoria da qual é portadora, conforme se verifica na seguinte passagem: “Pensai se, quando os sentidos excitados alienam o entendimento e tiranizam a vontade, é tempo de ouvir as graves lições da sabedoria. Assim, nunca faleis de razão aos jovens, mesmo na idade da razão, sem antes os ter colocado em condições de entendê-la” (ROUSSEAU, 2004, p. 458).

Em contrapartida, a razão já se mostra inadequada para tratar da fundamentação das crenças religiosas, haja vista que a questão de Deus é algo que transcende a racionalidade, motivo pelo qual raciocinar acerca da essência da divindade é algo humanamente imprudente, de acordo com o que Rousseau argumenta:

Conhecendo minha insuficiência, nunca raciocinarei sobre a natureza de Deus, a menos que seja forçado a isso pelo sentimento de suas relações comigo. Esses raciocínios são sempre temerários, um homem sábio só deve entregar-se a eles a tremer, e certo de que não foi feito para aprofundá-los, pois o que há de mais injurioso para com a divindade não é não poder pensar nela, mas pensar mal sobre ela (ROUSSEAU, 2004, p. 390).

Ao sustentar que a razão comporta fronteiras, Rousseau converte-se em crítico da sua própria era, assim como do movimento iluminista, do qual participou. Considerando-se a limitação do ser humano, a razão não ficaria isenta dos mesmos atributos do seu detentor. Ultrapassando-se os umbrais da racionalidade, só restam conjecturas, devaneios, especulações ou suposições. Ademais, o filósofo também confessa sua dificuldade em expor claramente o que entende por razão, o que se corrobora com esta passagem de Dent:

Rousseau discute a natureza, âmbito e limites da razão em muitos contextos diferentes. Por vezes, critica o poder da razão, pelo menos na medida em que foi aplicada a questões nas quais não exerce nenhum papel adequado – por exemplo, fornecer uma base para a crença religiosa ou para princípios morais. Em outras ocasiões, sublinha o valor do uso da razão para ampliar o entendimento humano e corrigir o preconceito. Reconheceu que tinha, por vezes, dificuldade em apresentar com clareza as suas ideias no tocante à razão (DENT, 1996, p. 192).

O pensamento de Rousseau, ainda que se volte, parcialmente, contra o próprio movimento do qual faz parte, isto é, a Ilustração, ao criticar a sociedade e, particularmente, a desigualdade social, não renuncia à racionalidade. Considerando que a natureza consiste na ordem cósmica ou na harmonia universal, Rousseau defende que ela nada mais é do que um modo de expressar o império da razão, à qual igualmente recorre para restaurar ou instituir a sociedade ideal, sustentando, desse modo, que, somente submetendo-se

à soberania da razão, o ser humano encontrará o seu verdadeiro lugar no mundo, devendo, portanto, ser educado justamente para viver tanto individual quanto coletivamente de acordo com os ditames racionais, que coincidem com as determinações naturais para a humanidade. Conforme corrobora Touraine:

Rousseau critica a sociedade, seus artificios e desigualdades, mas o faz em nome da Ilustração, mesmo se ele se volta cada vez mais contra os seus antigos amigos filósofos. Ele apela para uma natureza que é o lugar da ordem, da harmonia, portanto da razão. Ele quer recolocar o homem nesta ordem, fazendo-o escapar da confusão e do caos criados pela organização social. O objetivo da educação é: formar um ser natural, bom, razoável e capaz de sociabilidade: é o que expõe em *Émile ou De l'éducation* (TOURAINÉ, 2012, p. 29; grifos do autor).

Algumas considerações sobre a dimensão física da educação em Jean-Jacques Rousseau

A dimensão física da educação, em Jean-Jacques Rousseau, em síntese: “refere-se aos cuidados para com a integridade física do educando, bem como aquilo que mais se relaciona com algum tipo de atividade que requeira mais o uso do corpo” (BATISTA, 2010, p. 163). Desse modo, ela é o conjunto dos hábitos relativos aos cuidados corporais que o mestre deve ter em mente ao ocupar-se da educação do seu discípulo. Isso posto, as subdivisões que a compõem são:

a) Dimensão Higiênica: “refere-se ao ensino de hábitos que propiciem uma boa saúde corporal do educando, ou seja, o vigor físico, o uso de roupas adequadas, ou o período de sono, por exemplos” (BATISTA, 2010, p. 163). Isso significa que, sendo o corpo parte do processo educativo, não se deve, pois, negligenciar aquilo que lhe é tão caro, que é a sua saúde, sem a qual as outras dimensões educacionais serão prejudicadas. Esta passagem ilustra como Rousseau concebe alguns dos cuidados que se deve ter para preservar e aumentar a saúde da criança a ser educada:

No momento em que a criança respira ao sair de seus invólucros, não deveis deixar que sejam metidas em outros que a apertem ainda mais. Nada de testeiras e nada de faixas; fraldas soltas e largas que deixem todos os seus membros em liberdade e não sejam nem muito pesadas para atrapalhar seus movimentos, nem quentes demais para impedir que sinta as impressões do ar. Colocai-a num grande berço bem acolchoado, onde ela possa movimentar-se à vontade e sem perigo. Quando começar a ficar mais forte, deixai-a engatinhar pelo quarto; deixai que a criança se desenvolva e estique as perninhas e os bracinhos e vereis que ela se fortalecerá a cada dia. Comparai-a com outra criança bem enfaixada, da mesma idade, e ficareis admirados com a diferença de seus progressos (ROUSSEAU, 2004, p. 45).

b) Dimensão Alimentar: “refere-se ao ensino de hábitos que promovam uma adequada seleção dos alimentos a serem consumidos pelo educando” (BATISTA, 2010, p. 163). Cuidar para que seu discípulo possa alimentar-se apropriadamente é algo que o mestre precisa incluir em seu ofício, já que a saúde depende da alimentação. Uma vez que o leite materno é o primeiro tipo de alimento ao qual a criança recém-nascida geralmente tem acesso, caberá ao preceptor, precipuamente, envidar esforços para que a mãe ou, em sua ausência, impedimento ou recusa, a ama-de-leite, sejam saudáveis ao máximo possível, para que saudável também seja o leite do qual seu pupilo deverá nutrir-se. Embora Rousseau considere que seja dever materno ocupar-se da amamentação do próprio filho, admite que, em havendo uma ama-de-leite em melhores condições de fazê-lo, que lhe seja, pois, facultada a tarefa de amamentar a criança, sem prejuízo, destarte, da sua apropriada alimentação e, conseqüentemente, da sua saúde, conforme se verifica nesta passagem:

Não é duvidoso o dever das mulheres, mas o que se discute é se, com o desprezo que elas têm por ele, é indiferente para os filhos que sejam amamentados com seu leite ou com outro. Considero esta questão, cujos juizes são os médicos, decidida em favor das mulheres. De minha parte, também acho que mais vale que a criança mame o leite de uma ama saudável do que o de uma mãe estragada, se houver algum novo mal a temer do mesmo sangue de que é formada (ROUSSEAU, 2004, p. 20).

c) Dimensão Desportiva: “refere-se à prática de esportes (natação e equitação, por exemplo), a fim de enrijecer e de disciplinar fisicamente o educando” (BATISTA, 2010, p. 163). Destarte, o valor educativo do esporte, segundo Rousseau, reside em sua capacidade de contribuir para formar o tipo de educando cujo corpo seja, simultaneamente, forte e disciplinado, haja vista que: “É preciso que o corpo tenha vigor para obedecer à alma; um bom servidor deve ser robusto” (ROUSSEAU, 2004, p. 34). Não obstante, adquirir consciência da própria força vincula-se ao desenvolvimento sensorial, uma vez que o exercício da própria força sem o exercício simultâneo dos sentidos é inútil, razão pela qual disciplinar a força pelos sentidos é imperativo, a fim de que o aprendizado pela experiência não seja desperdiçado. A seguinte passagem explicita a vinculação que deve ser estabelecida entre o exercício físico e o desenvolvimento sensorial:

Existe um exercício puramente natural e mecânico que serve para tornar robusto o corpo sem dar nenhuma matéria ao julgamento: nadar, correr, saltar, chicotear o pião, jogar pedras. Tudo isso é muito bom, mas teremos só braços e pernas? Não temos olhos e ouvidos também? E serão esses órgãos supérfluos para o uso dos primeiros? Portanto, não exerciteis apenas as forças, exercitai todos os sentidos que as dirigem; tirai de cada um deles todo o partido possível, e depois verificai a impressão de um pelo outro. Medi, contai, pesai, comparai. Não useis de força senão depois de ter calculado a resistência; agi sempre de tal sorte que o cálculo do efeito preceda o emprego dos meios. Fazei com que a criança tenha interesse em nunca fazer esforços insuficientes ou supérfluos. Se a acostumais assim

Batista – Jean-Jacques Rousseau: A dimensão psicofísica da educação

a prever o efeito de todos os seus movimentos e a corrigir seus erros pela experiência, não é claro que, quanto mais ela agir, mais se tornará judiciosa? (ROUSSEAU, 2004, p. 160).

d) Dimensão Manual: “refere-se ao ensino de uma habilidade ou de um ofício manual, tais como a pintura, a carpintaria ou a ourivesaria” (BATISTA, 2010, p. 163). Aprender uma profissão é algo que Rousseau considera parte do processo educativo pelo fato de admitir que isso torna o educando útil à sociedade em que se encontra inserido. Desse modo, sendo a utilidade ou a honestidade o critério do qual se serve Rousseau para escolher qual profissão deve ser aprendida por seu aluno, não é, portanto, qualquer profissão que lhe serviria, haja vista que nem todas são socialmente honestas ou úteis, de acordo com a sua avaliação. A seguinte passagem exemplifica a reflexão feita por Rousseau no tocante à profissão a ser escolhida por seu pupilo:

Quero absolutamente que Emílio aprenda uma profissão. Uma profissão honesta, pelo menos, direis? O que significa essa expressão? Não é honesta toda profissão que seja útil ao público? Não quero que ele seja bordador, nem dourador, nem envernizador, como o fidalgo de Locke; não quero que ele seja nem músico, nem comediante, nem fazedor de livros. Com exceção dessas profissões e das outras que se lhes assemelham, escolha a que quiser; não pretendo incomodá-lo em nada. Prefiro que seja sapateiro a poeta; prefiro que pavimente as estradas a que faça flores de porcelana. Mas, direis, os arqueiros, os espíões, os carrascos são pessoas úteis. Só depende do governo que não o sejam. Mas vamos em frente; eu errei: não basta escolher uma profissão útil, é também preciso que ela não requeira das pessoas que a exercem qualidades de alma odiosas e incompatíveis com a humanidade. Assim, voltando à primeira palavra, tomemos uma profissão honesta, mas lembremo-nos sempre de que não há honestidade sem utilidade (ROUSSEAU, 2004, 265-266).

Algumas considerações sobre a dimensão psíquica da educação em Jean-Jacques Rousseau

A dimensão psíquica da educação, em Jean-Jacques Rousseau, em síntese: “diz respeito à integridade mental do educando, assim como diz respeito àquilo que mais se relaciona com algum tipo de atividade que requeira mais o uso da mente” (BATISTA, 2010, p. 163). Desse modo, ela é o conjunto dos hábitos relativos aos cuidados mentais dos quais o mestre deve estar cômico ao tratar da educação do seu discípulo. Isso posto, as subdivisões que a compõem são:

a) Dimensão Comportamental: “diz respeito ao ensino das regras de etiqueta (boas maneiras) para se portar adequadamente em determinado evento social (como, por exemplo, em uma festa ou em um baile” (BATISTA, 2010, p. 163). Considerando-se que o convívio social requer dos indivíduos o conhecimento de

certas convenções ou práticas que, por sua vez, para serem exercidas, supõem a internalização de certas normas, caberá, pois, à educação encarregar-se de neles incuti-las, seja por discursos ou palavras, seja por exemplos ou gestos. A razão pela qual se há de aprender boas maneiras, segundo Rousseau, apoia-se nesta argumentação:

Emílio não foi feito para permanecer sempre solitário; membro da sociedade, deve cumprir seus deveres. Feito para viver com os homens, deve conhecê-los. Conhece o homem em geral; falta-lhe conhecer os indivíduos. Sabe o que se faz na sociedade; falta-lhe ver como se vive nela” (ROUSSEAU, 2004, p. 470).

b) Dimensão Intelectual: “diz respeito ao ensino de disciplinas que se relacionam com a formação intelectual do educando, tais como: a leitura, a escrita, o ensino de línguas maternas e clássicas, a astronomia, a aritmética, a geografia, a cronologia, a história e a filosofia natural (física)” (BATISTA, 2010, p. 164). Embora existam muitas disciplinas que fazem parte da formação intelectual do educando, de acordo com Rousseau, caberá ao educador priorizar a qualidade, não a quantidade, de conhecimentos a serem ministrados pelo mestre e adquiridos pelo discípulo, conforme se verifica na nesta passagem:

Emílio tem poucos conhecimentos, mas os que tem são seus de verdade; nada sabe pela metade. Dentre as poucas coisas que sabe, e sabe bem, a mais importante é que existem muitas coisas que ele ignora, mas pode um dia saber, muitas coisas que outros homens sabem e ele nunca saberá em sua vida, e uma infinidade de outras que nenhum homem jamais saberá. Ele tem um espírito universal, não pelas luzes, mas pela faculdade de adquiri-las; um espírito aberto, inteligente, pronto para tudo e, como diz Montaigne, se não instruído, pelo menos instruível. Basta-me que ele saiba encontrar o *para que serve* de tudo o que faz e o *porquê* de tudo em que acredita. Mais uma vez, meu objetivo não é dar-lhe a ciência, mas ensiná-lo a adquirir quando necessário, fazer com que a estime exatamente o quanto ela vale e fazer com que ame a verdade acima de tudo. Com esse método, avançamos pouco, mas nunca damos um passo inútil e não somos obrigados a voltar atrás (ROUSSEAU, 2004, p. 281-282; grifos do autor).

c) Dimensão Cívica: “diz respeito ao ensino das leis civis a fim de que o educando adquira consciência de sua pertença ao corpo político, na qualidade de cidadão com direitos e com deveres em relação à sociedade política da qual se fez membro” (BATISTA, 2010, p. 164). Como filósofo contratualista, Rousseau sustenta a tese da legitimidade do Estado mediante o pacto social, através do qual indivíduos livres e iguais entre si, por natureza, decidem-se a: “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, 1978, p. 32). Assim sendo, a educação para a inserção do indivíduo como membro do corpo político torna-se imperativa,

considerando-se a necessidade de conscientizar-se de que, em tal condição: “*Cada um de nós põe em comum seus bens, sua pessoa, sua vida e toda a sua potência, sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos em bloco cada membro como parte indivisível do todo*” (ROUSSEAU, 2004, p. 680; grifos do autor). Uma vez convertido em membro do corpo político, o indivíduo passa a ser cidadão, considerado particularmente em relação à sociedade política da qual se tornou membro, de cuja soberania igualmente é participante; povo, considerado coletivamente, ou seja, em conjunto com os demais cidadãos; súdito, considerado política e juridicamente submetido à própria autoridade que ajudou a constituir e da qual participa. O corpo político do qual se tornou membro, por sua vez, também é denominado Estado, considerado em seu estabelecimento ou passividade; soberano ou governo, considerado em seu exercício ou atividade; poder ou potência, considerado em relação aos demais corpos políticos, de acordo com o que se verifica através desta passagem:

Suposto isso, para definir os termos de que precisamos, observaremos que, no lugar da pessoa particular de cada contratante, esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantas vezes há na assembleia. Essa pessoa pública toma em geral o nome de *corpo político*, o qual é chamado por seus membros de *Estado* quando é passivo, de *soberano* quando é ativo e de *poder* quando comparado a seus semelhantes. Com relação aos próprios membros, eles recebem o nome de *povo*, coletivamente, e chamam-se em particular *cidadãos*, como membros da *cidade* ou partícipes da autoridade soberana, e *súditos*, como submetidos à mesma autoridade (ROUSSEAU, 2004, p. 680-681; grifos do autor).

d) Dimensão Moral: “diz respeito ao ensino da virtude, ou seja, da excelência moral, com o propósito de combater no educando o vício ou a deficiência moral, elevando-lhe o caráter” (BATISTA, 2010, p. 164). Conforme advoga Rousseau, o ensino da virtude não deve ser feito logo na primeira educação, que ele denomina negativa, haja vista que suas ponderações levaram-no a concluir que, antes da idade da razão, cabe ao educador criar condições para que o seu educando seja apenas preservado daquilo que seria vicioso ou errôneo, evitando-se, assim, prejuízos morais e intelectuais: “Portanto, a primeira educação deve ser puramente negativa. Consiste não em ensinar a virtude ou a verdade, mas em proteger o coração contra o vício e o espírito contra o erro” (ROUSSEAU, 2004, p. 97). No tocante à educação negativa, Cassirer argumenta que:

O educador não pode acelerar o desenvolvimento da razão; ele só pode preparar-lhe o caminho à medida que afasta os obstáculos que o obstruem. Após conseguir neutralizar esses entraves, ele fez tudo o que podia fazer. Todo o resto deve ser unicamente obra do discípulo, pois no mundo da vontade cada um só é verdadeiramente aquilo que autonomamente fez de si mesmo (CASSIRER, 1999, p. 118).

Ao chegar à idade da razão, Emílio já se encontra em condições de entender o significado da virtude, motivo pelo qual seu preceptor reconhece ter chegado o momento de explicar-lhe o seu significado para que possa, conseqüentemente, praticá-la, que é o que mais importa, considerando-se que:

A virtude constitui a chave para a formação da moralidade que, por sua vez, é a marca do bom êxito da educação, pois, sem a garantia de uma conduta virtuosa da parte do educando, todo o processo pedagógico tornar-se-ia estéril e inútil, desperdiçando-se, conseqüentemente, todos e quaisquer recursos empregados tanto para a formação física quanto para a formação mental do indivíduo, que não saberia, pois, servir-se da educação por ele recebida para se comportar de acordo com aquilo que requer a condição humana (BATISTA, 2010, p. 30).

A concepção de virtude que se encontra em Rousseau remete-se à sua etimologia latina (*virtus*, *virtutis*), cujo significado vincula-se, por sua vez, à palavra latina *vis*, a qual designa: aptidão, autoridade, força, impetuosidade, mérito, poder, quantidade, robustez e valor. O ser humano é aperfeiçoável ou perfectível, de acordo com Rousseau, pois, a perfectibilidade: “é a faculdade de aperfeiçoar-se, faculdade que, com o auxílio das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e se encontra, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo” (ROUSSEAU, 1978, p. 243); graças à perfectibilidade, o ser humano pode tornar-se virtuoso; não obstante, ela também é a chave para o vício, razão pela qual compete à educação fazer com que seja instaurada a virtude e não o vício. Ao discorrer acerca da virtude, o preceptor Jean-Jacques esclarece ao seu pupilo Emílio que não virtude sem força de vontade. As paixões, abandonadas a si mesmas, tendem a mergulhar o ser humano no vício; desse modo, só uma vontade forte o bastante fará com que sejam subjugadas pela razão, orientada, por sua vez, pela consciência, tornando-o, pois, virtuoso; a virtude é o prêmio de quem luta contra as próprias paixões, vencendo-as pelo emprego da razão obediente à consciência; é o resultado do esforço racional de quem não se deixa dominar pelo irracional; é o troféu dado a quem triunfa sobre si mesmo, conquistando o autodomínio. Assim sendo:

A virtude, em sua opinião, requer vontade e compromisso com o princípio, acima da obediência aos estímulos da inclinação, por mais benevolente que tal inclinação possa ser. Alguém que é guiado somente por seus sentimentos será desviado com facilidade desse propósito se intervierem outros interesses; ou abandonará seus objetivos se estes deixarem de atrair aqueles sentimentos. O mesmo não ocorrerá com uma pessoa virtuosa. Ela terá um compromisso resoluto com a obtenção do bem, o que a fará persistir tenazmente em seu propósito, mesmo quando dificuldades ou inclinações contrárias surgem (DENT, 1996, p. 209).

A virtude que confere: aptidão para o bem; autoridade sobre as paixões; força à vontade; impetuosidade para a realização daquilo que é correto; mérito ao esforço; poder sobre si mesmo; quantidade de boas ações;

robustez ao caráter; valor ao ser humano. À guisa de coroar tais considerações acerca da virtude, segue-se esta passagem, na qual Rousseau discorre sobre ela:

Meu filho, não existe felicidade sem coragem, nem virtude sem luta. A palavra *virtude* vem de *força*; a força é a base de toda virtude. A virtude só pertence a um ser fraco por natureza e forte pela vontade; é apenas nisso que consiste o mérito do homem justo, e, embora digamos que Deus é bom, não dizemos que seja virtuoso, porque ele não precisa esforçar-se para agir bem. Para te explicar esta palavra tão profanada, esperei que estivesses em condições de me entender. Enquanto a virtude pode ser praticada sem grandes problemas, pouca necessidade se tem de conhecê-la. Essa necessidade aparece quando despertam as paixões; já apareceu para ti. [§] Educando-te em toda a simplicidade da natureza, em vez de te impor duros deveres preservei-te dos vícios que tornam duros tais deveres; tornei-te a mentira menos odiosa do que inútil; ensinei-te menos a dar a cada qual o que lhe pertence do que a te preocupares apenas com o que é teu; fiz-te mais bom do que virtuoso. Mas quem é apenas bom só permanece tal enquanto tem prazer em sê-lo; a bondade quebra-se e perece ao choque com as paixões humanas; o homem que é só bom só o é para si mesmo. [§] Que é, então, o homem virtuoso? É aquele que é capaz de vencer suas afeições, pois então ele segue a razão, a consciência; faz seu dever, mantém-se na ordem e nada o pode afastar dela. Até agora só eras livre em aparência; tinhas somente a liberdade precária de um escravo a quem nada foi ordenado. Sê, agora, livre de fato; aprende a te tornares teu próprio senhor; governa teu coração, Emílio, e serás virtuoso (ROUSSEAU, 2004, p. 656; grifos do autor).

e) Dimensão Religiosa: “diz respeito ao ensino da existência do Ser Supremo e Absoluto (Deus), bem como de tudo aquilo que se lhe relaciona” (BATISTA, 2010, p. 164). A concepção de Deus adotada por Rousseau encontra-se consignada, sobretudo, em sua obra intitulada *Profissão de fé do Vigário Saboiano*, inserida, por sua vez, no Livro IV do *Emílio ou Da Educação*. Ao tratar-se do problema da divindade, passa-se a lidar, igualmente, com a questão acerca da sua relação com a humanidade, assim como com o modo pelo qual a humanidade nela acredita, ou seja, o problema de Deus vincula-se ao problema da religião. Procurando desvencilhar-se das querelas religiosas de sua época, Rousseau, através do discurso do Vigário Saboiano, expressa suas ideias acerca de Deus, fundamentando-as tanto na percepção externa da sua criação quanto no sentimento interno de seu coração:

Percebo Deus por toda parte em suas obras; sinto-o em mim, vejo-o por toda parte ao meu redor; mas assim que quero contemplá-lo em si mesmo, assim que quero procurar onde ele está, o que ele é, qual a sua substância, ele me escapa e meu espírito perturbado nada mais percebe” (ROUSSEAU, 2004, p. 390).

Com tal afirmação, Rousseau estabelece que a percepção de Deus pelo ser humano só pode ser feita indiretamente, através da observação daquilo que Ele fez, isto é, a natureza, assim como só pode ser sentido pela consciência, não explicado pela razão, que é insuficiente para o conhecimento da divindade. Uma vez confessando sua incapacidade de compreender Deus em sua plenitude, resta-lhe, pois, apenas concebê-lo nestes termos: “O ser que quer e que pode, o ser ativo por si mesmo, o ser, enfim, qualquer que seja ele, que move o universo e ordena todas as coisas, chamo-o Deus” (ROUSSEAU, 2004, p. 390). Embora admitindo a possibilidade de conferir-se certos atributos a Deus, Rousseau alega que isso não o torna totalmente cognoscível, por transcender os limites sensoriais e intelectuais do ser humano:

Junto a esse nome as ideias de inteligência, de potência, de vontade, que reuni, e mais a de bondade, que é uma consequência necessária das primeiras; mas nem por isso conheço melhor o ser a que dei esse nome; ele se furta igualmente aos meus sentidos e ao meu entendimento; quanto mais penso nele, mais me confundo; sei com toda a certeza que ele existe, e que existe por si mesmo; sei que minha existência é subordinada à sua e que todas as coisas que conheço estão absolutamente no mesmo caso (ROUSSEAU, 2004, p. 390).

Ao expor suas ideias acerca da natureza da divindade, a qual, apesar de incognoscível em sua plenitude, não significa que deva ser excluída do bom senso, Rousseau, além de esquivar-se das especulações teológicas e filosóficas acerca de Deus, também se posiciona contrariamente ao fanatismo e à intolerância em matéria de religião, por condenar concepções e práticas irracionais no tocante à divindade, as quais nunca poderiam adequar-se à educação por ele defendida, ou seja:

O seu pretexto para incluir *A profissão de fé* nesse ponto do livro é a necessidade de apresentar a Emílio ideias de religião e de expor o gênero de crença e obediência religiosa que seria apropriado à sua educação, de acordo com os requisitos adequados ao cultivo e preservação da natureza intata (DENT, 1996, p. 186 – grifos do autor).

No que concerne à religião, Rousseau, partindo da sua concepção acerca da natureza da divindade, sustenta que é possível uma religião natural, ou seja, uma maneira do ser humano relacionar-se individual e diretamente com Deus, sem estar, necessariamente, dependente da mediação de igrejas ou de instituições religiosas. Desse modo, o objetivo da religião natural, de acordo com Rousseau, é a infusão de pensamentos e de sentimentos sobre Deus apropriados ao indivíduo educado segundo os seus princípios naturais, ou seja, o propósito da religião natural: “é o de conhecer a Deus não através da discussão ou do ritual, mas pelo emprego natural da razão em total consonância com o sentimento” (CASSIRER, 1999, p. 25).

Não obstante a religião natural ser necessária à educação, ela não é suficiente, considerando-se que Rousseau sustenta que, além dela, há que se instituir a religião civil, a fim de que esta produza no educando

o respeito pela estabilidade na sociedade, de acordo com a ordem civil a ser instaurada pelo contrato social. A necessidade da instauração da religião civil deriva da existência doutras religiões que são, segundo Rousseau, prejudiciais à tolerância, contribuindo, pois, para a desordem civil ou para a instabilidade social, ao disseminar nos indivíduos pensamentos, sentimentos e ações que vão de encontro aos princípios do pacto social. Desse modo, Rousseau esclarece que, de acordo com a sua perspectiva, os três tipos de religião são: a religião natural, a religião das primeiras nações e a religião católica romana; nesta passagem explicita-se como ele as descreve:

A religião considerada em relação à sociedade, que é geral ou particular, pode também dividir-se em duas espécies, a saber: a religião do homem e a do cidadão. A primeira, sem templos, altares e ritos, limitada ao culto puramente interior do Deus supremo e aos deveres eternos da moral, é a religião pura e simples do Evangelho, o verdadeiro teísmo e aquilo que pode ser chamado de direito divino natural. A outra, inscrita num só país, dá-lhe seus deuses, seus padroeiros próprios e tutelares, tem seus dogmas, seus ritos, seu culto exterior prescrito por lei. [...] Há uma terceira espécie de religião, mais estranha, que, dando ao homem duas legislações, dois chefes, duas pátrias, o submete a deveres contraditórios e o impede de poder ao mesmo tempo ser devoto e cidadão (ROUSSEAU, 1978, p. 140-141).

A religião civil, conforme Rousseau, levaria os cidadãos, independentemente de suas convicções pessoais em matéria de crença, a viver em concórdia, em harmonia, em paz e em tolerância, por ser uma profissão de fé que, permitindo aos indivíduos acreditar ou não no que bem quiserem, contanto que tais crenças não os levem a prejudicar a ordem civil estabelecida, igualmente deles fará súditos mais leais ao Estado do qual se fizeram membros, uma vez que:

Ora, importa ao Estado que cada cidadão tenha uma religião que o faça amar seus deveres; os dogmas dessa religião, porém, não interessam nem ao Estado nem a seus membros, a não ser enquanto se ligam à moral e aos deveres que aquele que a professa é obrigado a obedecer em relação a outrem. Quanto ao mais, cada um pode ter as opiniões que lhe aprouver, sem que o soberano possa tomar conhecimento delas, pois, como não chega sua competência ao outro mundo, nada tem a ver com o destino dos súditos na vida futura, desde que sejam bons cidadãos nesta vida (ROUSSEAU, 1978, p. 143).

A combinação entre a religião natural e a religião civil resultará, de acordo com Rousseau, no conjunto de crenças apropriadas ao homem natural e civil, educado para conviver com o pluralismo religioso, que é produto da liberdade individual de crença, respeitando-se, pois, a diversidade religiosa, assim como evitando-se o fanatismo, o obscurantismo e a intolerância em matéria de religião, que comprometem a estabilidade social, além de fomentar a desobediência civil.

f) Dimensão Lúdica: “diz respeito à prática de exercícios de entretenimento eficazes para o processo de ensino-aprendizagem” (BATISTA, 2010, p. 164). O valor educativo da diversão é a sua capacidade de tornar o ensino menos tedioso e o aprendizado mais prazeroso. Ensinar e aprender brincando, longe de negligenciarem a importância do conhecimento, demonstram a possibilidade de ministrá-lo e de adquiri-lo de forma menos árdua, amenizando-se, assim, as dificuldades inerentes ao seu processo de construção. Rousseau fornece que tipo de leitura seria apropriada para tal escopo, isto é, trata-se da leitura que confere ao educando, sobretudo à criança, o desejo pelo aprendizado, ao invés de priorizar-se outros critérios, haja vista que: “Um meio mais seguro do que tudo isso é aquele que sempre é esquecido: o desejo de aprender. Dai esse desejo à criança, e depois deixai vossas escrivatinhas e vossos dados, pois qualquer método lhe servirá” (ROUSSEAU, 2004, p. 135).

Até atingir os doze anos, Emílio não lerá livro algum. A partir de então, ser-lhe-á dado apenas um livro para ler: *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (1660-1731). As razões pelas quais Rousseau prescreve a leitura dessa obra de aventura e ficção histórica alicerçam-se na sua convicção de que sua trama aproxima-se da sua proposta educacional, considerando-se que seu protagonista, personagem homônimo ao título, uma vez sofrendo naufrágio, vai parar numa ilha praticamente desabitada, obrigando-se, desse modo, a viver solitário por um longo tempo, convertendo-se naquele tipo de homem que vive em contato direto com a natureza, livrando-se, portanto, da sociedade degenerada. Não obstante, Rousseau explicita que não quer Emílio vivendo como Robinson Crusoe, cujo exemplo serve-lhe para demonstrar o que deve ser feito para não se desvincular da natureza:

Robinson Crusoe em sua ilha, sozinho, sem o amparo de seus semelhantes e dos instrumentos de todas as artes, provendo, porém, à sua subsistência, à sua conservação e conseguindo até uma espécie de bem-estar, eis um tema interessante para qualquer idade e que temos mil maneiras de tornar agradável para as crianças. Eis como realizamos a ilha deserta que inicialmente me servia de comparação. Esse estado não é, concordo, o do homem social; provavelmente não é o de Emílio, mas é através desse mesmo estado que ele deve apreciar todos os outros. O meio mais seguro de nos elevarmos acima dos preconceitos e ordenarmos os juízos de acordo com as verdadeiras relações entre as coisas é colocarmo-nos no lugar de um homem isolado e julgarmos tudo como tal homem deve ele próprio julgar, com relação à sua própria utilidade (ROUSSEAU, 2004, p.244-245).

A repulsa ao excesso de leitura por Rousseau no processo educativo fundamenta-se em sua convicção de acordo com a qual a ciência ou o conhecimento deve ser algo cuja aquisição seja devida, sobretudo, ao recurso tanto à experiência quanto à razão, pois a educação puramente livresca resultaria em ignorância presunçosa, ao levar a crer que a prática da experimentação e o exercício da racionalidade tornar-se-iam prescindíveis ao serem substituídos pela mera leitura, que não necessariamente levaria ao saber. Desse modo:

“O abuso dos livros mata a ciência. Acreditando saber o que lemos, acreditamos estar dispensados de aprendê-lo. Leitura demais só serve para fabricar ignorantes presunçosos” (ROUSSEAU, 2004, p. 665).

Considerações finais

Esta pesquisa teórica, feita sobre o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, ao recorrer a algumas de suas obras, assim como a autores que discorrem sobre ele, desenvolveu o recorte temático da dimensão psicofísica da educação, demonstrando que, de acordo com Rousseau, a educação, que se ocupa tanto do corpo quanto da mente, é constituída por dimensões que, ora tendem para o aspecto psíquico do ser humano, ora tendem para o seu aspecto somático. Embora tais dimensões tenham sido explanadas fragmentariamente, são, praticamente, interpenetradas.

Apoiando-se na importância do ideário filosófico-educacional rousseauiano para a história das ideias pedagógicas, já que Rousseau é um autor que constitui uma fonte perene de recursos para se especular acerca da educação, verifica-se que o objetivo desta pesquisa foi alcançado, uma vez que se demonstrou, por meio de citações, de explicações e de comentários, como Rousseau sustentou que o processo educativo é, fundamentalmente, constituído por duas grandes dimensões pedagógicas que, com suas respectivas subdivisões, referem-se tanto à formação física quanto à formação psíquica do ser humano.

Em relação ao problema desta pesquisa, expresso pela indagação acerca de quais contribuições teóricas e práticas a filosofia da educação de Jean-Jacques Rousseau tem a oferecer para a reflexão e o exercício da pedagogia, considera-se que a exposição das subdivisões tanto da dimensão física quanto da dimensão psíquica da educação, no tocante ao aspecto especulativo, constituem modos de pensar a operacionalização da educação e, no aspecto pragmático, constituem instrumentos com os quais o exercício pedagógico poderá ser feito de forma direcionada a determinada dimensão da educação.

O principal resultado desta pesquisa é a afirmação segundo a qual a filosofia de Jean-Jacques Rousseau, da qual decorre a sua pedagogia, pressupõe o dualismo psicofísico do ser humano, o qual, por sua vez, pertence a uma cosmovisão na qual o primado da natureza é inquestionável. Isso significa que, para compreender-se o ideário educacional rousseauiano, expresso, principalmente, em sua obra *Emílio ou Da Educação*, há que se vinculá-lo ao seu ideário filosófico, que se alicerça no princípio de acordo com o qual na natureza encontra-se o fundamento da ordem cósmica, que deve ser conhecida e praticada pelo ser humano, seja como indivíduo, seja como espécie, motivo pelo qual o tipo de educação por ele proposto consiste em criar o indivíduo educado, seja física, seja psiquicamente, segundo os princípios naturais que lhe propiciarão viver de acordo com a harmonia universal da qual a humanidade faz parte, com a qual rompeu e à qual deve retornar. Sendo a ordem natural (natureza) a inspiração para a ordem artificial (sociedade), há que ser educado conforme aquela para que se possa viver nesta.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BATISTA, Gustavo Araújo. O naturalismo e o contratualismo em John Locke e em Jean-Jacques Rousseau. Curitiba: CRV, 2010.
- CASSIRER, Ernest. A questão Jean-Jacques Rousseau. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DENT, Nicholas. Dicionário Rousseau. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- DOZOL, Marlene de Souza. Rousseau: educação: a máscara e o rosto. Petrópolis: Vozes, 2006.
- KANT, Immanuel. A Paz Perpétua e Outros Opúsculos. Lisboa: Edições 70, 2008.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Carta a Christophe de Beaumont e outros escritos sobre a religião e a moral. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- _____. Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- STRECK, Danilo. Rousseau & a Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis, Vozes, 2012.

Submetido: 14/06/2022

Aceito: 12/04/2023